

O risco de depender de commodities

Gazeta Mercantil, 13 de Agosto de 2004 –

Economistas alertam para a elevada exposição do País aos solavancos da economia mundial.

"É muito bom que o Brasil exporte commodities, mas o maior risco que a economia brasileira pode sofrer é que seja só um País exportador de commodities", disse a este jornal o ex-ministro da Fazenda e da Administração Federal, Luiz Carlos Bresser Pereira, professor titular da Faculdade de Administração e Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV). Segundo ele, isso pode ocorrer se a taxa de câmbio for determinada pelas commodities em vez dos produtos industriais. O caso limite de um país que se tornou inviável, citou, é a Venezuela. "A taxa de câmbio na Venezuela foi determinada pelo petróleo, que tem um custo baixo, mas inviabiliza qualquer outra exportação industrial", disse.

No Brasil, continuou Bresser, a agricultura tem condições extremamente favoráveis, o que nos faz ficar na mesma situação. "No passado, isto ocorreu com o café, mas o governo conseguiu desatrelar o câmbio do custo do café", disse. A Noruega, quando descobriu petróleo no Mar do Norte, evitou determinar o câmbio pelo petróleo com a criação de um fundo alimentado pelas receitas com esse produto. O fundo comprava títulos do Tesouro dos Estados Unidos, entre outros, disse Bresser Pereira.

"A política da Noruega foi uma forma de valorizar a moeda local e receber juros do exterior", disse o ex-ministro. Além do risco de atrelar as commodities ao câmbio, o seu potencial de agregação de valor é menor do que os produtos tecnológicos.

Iedi: baixo conteúdo tecnológico

"Se nos próximos cinco anos a pauta de exportação atual do Brasil não mostrar maior conteúdo tecnológico, bens de maior valor agregado e mercados mais dinâmicos, mantendo as commodities com a maior participação na pauta, o País corre o risco de ficar na dependência do mercado internacional e sofrer seus solavancos". A afirmação é do diretor do Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial (Iedi) e professor de economia da Universidade de Campinas (Unicamp), Júlio Gomes de Almeida.

Hoje, a maior parte dos produtos exportados é composta por setores de baixa tecnologia, somente 7,5% do aumento das exportações no primeiro semestre deste ano é explicado por setores de alta tecnologia, segundo levantamento feito pelo Iedi.

Embora os produtos de baixa tecnologia tenham garantido o superávit comercial brasileiro, como os produtos florestais (celulose, papel e madeira), os cereais (soja e milho), os manufaturados de ferro e aço, os produtos animais, a agricultura tropical (café, açúcar, frutas e suco), o têxtil, o vestuário e os calçados, alguns desses já estão perdendo o dinamismo, podendo reverter o superávit no médio prazo.

O volume de comércio nos seis primeiros meses do ano atingiu US\$ 71,6 bilhões - o maior dos últimos 10 anos, equivalente a 25% do Produto Interno Bruto (PIB). O volume de 2004 foi ainda superior em 28,7% em relação ao de 2003. "Sem dúvida crescemos, mas outros países também, a exemplo da China, que abriu o caminho para isto. Os 25% do PIB é muito baixo e a idéia é que o volume de comércio chegue a 30% do PIB ou mais. Para isso é preciso começar a executar a política industrial e tecnológica já", disse Júlio Gomes de Almeida.

O professor de economia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (Esalq/USP), Carlos Bacha, disse que a soja, por exemplo, embora ainda exiba crescimento de vendas, tem sido destinada para a Ásia, principalmente para o mercado chinês, onde não há garantia de continuidade nas negociações tampouco possibilidade de financiamento de parte das exportações pelo capital estrangeiro, como ocorre com a celulose. "Estamos vulneráveis no setor da soja", disse o professor Bacha.

A celulose é um setor dinâmico, segundo Bacha. "Hoje o País é o quarto maior exportador de celulose e há espaço para maiores pretensões", disse ele. Baseado em estudos e cálculos econométricos, Bacha verificou que quanto mais indústrias instaladas no País (entre outras variáveis como preço, câmbio, custo e produção defasada), mais possibilidade de exportação. "A sueco-finlandesa Stora Enso e a Aracruz Celulose firmaram uma joint venture para instalar uma terceira fábrica no Brasil, com a produção voltada para o exterior. Isto significa eliminação do problema de acesso ao financiamento estrangeiro e do risco de fechar o mercado externo", disse Bacha.

O setor de celulose, acrescentou Bacha, também conta com o capital japonês, por meio da Cenibra, com várias fábricas em Minas Gerais, sendo que 95% da produção é voltada para exportação para o Japão.

O suco concentrado de laranja, continuou Bacha, ficou numa posição mais frágil com a recente saída da norte-americana Cargill do País. Essa indústria ainda compra o suco brasileiro, mas, sem uma unidade local, o desprendimento em relação às aquisições do produto fica muito mais fácil caso os Estados Unidos venham a colocar alguma barreira para o suco brasileiro.

Paulo Furquin de Azevedo, economista e coordenador do centro de agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ponderou que as duas grandes indústrias de suco que compraram a unidade da Cargill no Brasil, as brasileiras Cutrale e a Citrosuco, também têm unidades de produção nos Estados Unidos, o que afiança a exportação.

Por outro lado, acrescentou Azevedo, hoje o setor de suco concentrado é menos dinâmico porque não tem para onde crescer pelo lado do consumo mundial. "O suco pasteurizado teria mais oportunidade. Mas o Brasil exporta o concentrado", disse Azevedo, acrescentando que os problemas fitossanitários afetaram significativamente as exportações de suco nos últimos anos deixando-as estagnadas.

FGV: café comum perde espaço

Outro produto da pauta de exportação do Brasil que perdeu seu dinamismo, com perda de participação no mercado mundial, foi o café commodity (grão comum). Com consumo estagnado, teve o agravante de países como Vietnã e outros da África, com mão-de-obra barata, começarem a plantar e acirrarem a competição, afetando a sua lucratividade. Azevedo só faz uma ressalva para os cafés especiais (orgânico ou de ultra-qualidade), com forte crescimento no mercado mundial.

No caso do aço, o Brasil tem uma posição confortável por dispor de grandes jazidas de minério de ferro. As estatísticas também apontam um mercado ainda crescente, embora já não seja mais acelerado, disse Azevedo. "O País exporta muito ferro por meio da gigante do setor, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), assim como a Gerdau. Entretanto, a indústria do aço é uma 'indústria madura' e tem ocorrido substituição de materiais, principalmente pelos produtos petroquímicos", disse Furquin de Azevedo. Segundo ele, os esforços para exportações com maior valor agregado não pode significar contudo o abandono de commodities sustentáveis como o algodão, carnes, açúcar e álcool.

Para Almeida, do Iedi, a reversão da pauta passa por uma decisão firme do governo federal para que se execute a política industrial e tecnológica recém aprovada no Congresso e destrave metade dos recursos (2003 e 2004) para ciência e tecnologia, presos no Ministério da Fazenda para fazer o ajuste fiscal.